

Medicalização e patologização da aprendizagem e a condução dos processos de ensino e de aprendizagem no *campus* Itaperuna do Iffluminense

*Ronia Carla de Oliveira Lima Potente*¹

*Jonis Manhães Sales Felipe*²

RESUMO

Os fenômenos da medicalização e da patologização da aprendizagem têm marcado presença constante nos discursos sobre o fracasso escolar na contemporaneidade, o que demanda um olhar crítico dos profissionais de educação. Neste intuito, este trabalho busca compreender como tais fenômenos influenciam na condução dos processos de ensino em uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica - o *campus* Itaperuna do Instituto Federal Fluminense. Para alcançar tal propósito, após a realização de uma pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo, de caráter exploratório e qualitativo, por meio da realização de uma entrevista e aplicação de questionários visando entender a percepção dos profissionais acerca da temática supracitada. A interpretação dos dados foi realizada por meio dos pressupostos da análise de conteúdo e seus resultados indicaram uma presença marcante dos discursos medicalizante e patologizante no *campus* e a necessidade de uma trabalho de formação continuada que desconstrua tal visão entre os profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Medicalização da aprendizagem; Patologização da aprendizagem; Processos de ensino e de aprendizagem; Educação Profissional e Tecnológica.

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Itaperuna, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-1264-3228>. E-mail: roniacarlapotente@gmail.com.

² Doutor em Políticas Sociais. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1175-7637>. E-mail: jonisfelippe@gmail.com.

Medicalization and pathologization of learning and the conduct of teaching and learning processes at the Itaperuna campus of Iffluminense

ABSTRACT

The medicalization and pathologization phenomenon has been constantly present in debates about school failure, a fact that demands a critical look from the education professionals. In this regard, this study seeks to understand how such phenomenon influences the conduct of teaching and learning processes in the Brazilian educational context, especially in Professional and Technological Education- the Itaperuna campus of the Federal Fluminense Institute . To achieve this purpose, after conducting a bibliographic research, a field study of an exploratory and qualitative nature was carried out through a interview and the administration of questionnaires aimed at understanding professionals' perceptions regarding the aforementioned topic. The data interpretation was carried out using the assumptions of content analysis and its results indicated a marked presence of medicalizing and pathologizing discourses on campus and the need for continued training work that deconstructs such a view among professionals.

KEYWORDS: Medicalization of learning; Pathologization of learning; Teaching and learning processes; Professional and Technological Education.

La medicalización y patologización del aprendizaje y la conducción de los procesos de enseñanza y aprendizaje en el campus Itaperuna del Iffluminense

RESUMEN

Los fenómenos de medicalización y patologización del aprendizaje han marcado presencia constante en los discursos sobre el fracaso escolar en la contemporaneidad, lo que demanda una mirada crítica por parte de los profesionales de la educación. Con este propósito, este trabajo busca comprender cómo tales fenómenos influyen en la conducción de los procesos de enseñanza en una institución de Educación Profesional y Tecnológica - el campus Itaperuna del Instituto Federal Fluminense. Para alcanzar tal propósito, después de realizar una investigación bibliográfica, se llevó a cabo

una investigación de campo, de carácter exploratorio y cualitativo, mediante la realización de una entrevista y la aplicación de cuestionarios con el objetivo de entender la percepción de los profesionales sobre la temática mencionada. La interpretación de los datos se realizó utilizando los presupuestos del análisis de contenido, y sus resultados indicaron una marcada presencia de discursos medicalizantes y patologizantes en el campus y la necesidad de un trabajo de formación continua que deconstruya esa mirada entre los profesionales.

PALABRAS CLAVE: Medicalización del aprendizaje; Patologización del aprendizaje; Procesos de enseñanza y aprendizaje; Educación Profesional y Tecnológica.

* * *

Introdução

O que motivou a realização dessa pesquisa foi a percepção constante dos fenômenos da medicalização e da patologização nos discursos sobre o fracasso escolar na contemporaneidade, inclusive em instituições ofertantes de educação profissional e tecnológica. Com frequência, os problemas de escolarização são compreendidos a partir de questões individuais dos alunos, isentando de responsabilidade os diversos fatores que influenciam o fenômeno educativo, em especial os de origem social.

Conforme sinalizam Moysés e Collares (2020), as sociedades ocidentais têm deslocado os problemas próprios da vida humana para o âmbito médico, o que tem levado a transformação de questões coletivas em problemas individuais, presumivelmente inerentes ao campo biológico. Por essa ótica determinista, a interação do biológico com o ambiente não é considerada ou ganha pouco destaque. Tampouco possui relevância o fato de que cada sujeito é um ser histórico, cultural e que vive em comunidade. As autoras salientam que, com o avanço da ciência moderna, o saber médico tem adentrado os espaços sociais, assumindo o poder de definir o que é normal, patológico, desviante, saudável e ideal para o desenvolvimento

humano. Destaca-se que esse poder tem adentrado cada vez mais o campo educacional, definindo critérios e estabelecendo novas formas de avaliação do cérebro e do comportamento humano.

Dessa maneira, “cérebros disléxicos, hiperativos, desatentos, questionadores e baixos QI justificariam o fracasso da escola” (Moysés; Collares, 2020, p. 34). Por essa concepção, os problemas inerentes ao âmbito educativo seriam consequência de doenças que a medicina resolveria. Nesse contexto, certos profissionais de saúde tendem a dar explicações baseadas nas noções de patologia, desvio e anormalidade para os problemas do campo educacional, transformando em questões médicas e biológicas os problemas pedagógicos e políticos, ampliando o fenômeno da medicalização (Moysés; Collares, 2014).

A partir dessas reflexões, a pesquisa de campo que será detalhada a seguir buscou identificar como as questões da medicalização e da patologização influenciam na condução dos processos de ensino e de aprendizagem no *campus* Itaperuna do IFFluminense. De maneira mais específica, o trabalho foi conduzido de modo a identificar como tais fenômenos se apresentam em termos de tipos e recorrência de diagnósticos entre os alunos e de que maneira os professores organizam o seu trabalho a partir da presença de estudantes com algum tipo de diagnóstico relacionado à aprendizagem. Visando ao alcance dos objetivos do estudo, a pesquisa de campo concentrou-se em buscar informações com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) e diretamente com os docentes atuantes no *campus* Itaperuna.

Salienta-se que o Napne é um setor presente em cada *campus* do Instituto Federal Fluminense, que tem por finalidade garantir o atendimento educacional especializado. Esse núcleo foi criado com a finalidade de trabalhar na garantia do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas, bem como de oferecer suporte aos docentes no atendimento a esses estudantes. Para o alcance dessa finalidade, o Napne é composto por equipe multiprofissional (IFF, 2018).

O *campus* Itaperuna é um dos 12 *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Localiza-se às margens da BR 356, na cidade de Itaperuna, no noroeste do estado do Rio de Janeiro. Oferta cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos concomitantes, cursos superiores e cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Abordagem Metodológica

Para o desenvolvimento da pesquisa, a metodologia empregada baseou-se em uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, visto que intenciona encontrar soluções e aplicações para a prática. Quanto aos procedimentos, caracterizou-se como uma pesquisa de campo, a mais indicada quando o objetivo da pesquisa é levantar informações acerca de uma situação-problema, buscando-se uma resposta ou comprovar uma hipótese (Lakatos; Marconi, 2003).

O estudo iniciou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica acerca do “estado da arte” sobre a patologização e a medicalização da aprendizagem. Para tanto, buscou-se pela temática referenciada no Portal de Periódicos da Capes/MEC no dia quatro de março de 2023, utilizando os seguintes marcadores: “medicalização da aprendizagem”, “patologização da aprendizagem” e “educação profissional e tecnológica”. A pesquisa só encontrou resultados quando se buscou a temática sem associar a educação profissional e tecnológica. Dessa forma, ao se pesquisar na data citada anteriormente, observando os seguintes critérios: produção nacional, idioma português, revisado por pares e publicados no período de 2013 a 2023 foram encontrados os seguintes resultados (todos sem relação com a EPT): 1 - trinta artigos com o marcador “medicalização da aprendizagem”, sendo que seis deles não estavam diretamente relacionados à aprendizagem de fato; 2 - doze artigos com o marcador “patologização da aprendizagem”, sendo que seis deles não estavam diretamente relacionados à aprendizagem.

Os artigos “Infância e patologização: contornos sobre a questão da não aprendizagem” (Barbosa; Leite, 2020) e “Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional” (Scarin; Souza, 2020) foram encontrados utilizando os dois marcadores citados. Após a seleção das obras, foi realizada a leitura e revisão dos textos utilizando técnicas de fichamento e resumo. Logo que o levantamento bibliográfico foi realizado, a leitura dos textos selecionados buscou a conceituação dos termos patologização e medicalização e o entendimento de como essa questão tem impactado os processos de ensino e de aprendizagem. Apesar disso, o objetivo central desta etapa da pesquisa, que era o de encontrar trabalhos que abordassem os temas da medicalização e da patologização da aprendizagem na EPT, não foi alcançado pela ausência de trabalhos nas plataformas pesquisadas.

Dando sequência à investigação, foi realizada a etapa da pesquisa de campo, que utilizou, como instrumentos de coleta de dados, um roteiro para a realização de entrevista e um questionário, ambos aplicados aos servidores do *campus* Itaperuna do IFFluminense. Foi averiguado, junto à coordenação de gestão de pessoas do *campus* Itaperuna que, em maio de 2023, o quadro docente era composto por 79 servidores em exercício, e que a coordenação do Napne, naquela ocasião, era exercida por um servidor técnico-administrativo pertencente ao cargo de assistente social.

Cabe destacar que todos os participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponibilizado aos respondentes do questionário de maneira virtual e de maneira impressa ao respondente da entrevista. Importa frisar que a pesquisa de campo só foi iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), colegiado responsável pelo acompanhamento de pesquisas com seres humanos, visando contribuir para minimizar riscos e garantir que aconteçam seguindo princípios éticos.

A entrevista foi realizada nas dependências do *campus* Itaperuna, exclusivamente com o coordenador do Napne, com o objetivo de identificar o

quantitativo de laudos médicos apresentados no setor, bem como os CIDs descritos em cada um e os encaminhamentos derivados a partir destes.

Com relação aos docentes, público-alvo desta pesquisa, a coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário que conteve perguntas abertas e fechadas. O questionário foi encaminhado através do e-mail institucional para os docentes atuantes no *campus* Itaperuna, durante o período de julho a agosto de 2023, e foi respondido de maneira online utilizando-se o “Formulários Google”.

De um total de 79 docentes listados preliminarmente para participar da pesquisa, 70 responderam ao questionário, 1 foi transferido antes da aplicação da pesquisa, e somente 8 não responderam. Importa ressaltar que foi preservado o anonimato de todos os participantes do estudo.

Prosseguindo, após a finalização do levantamento de todos os dados coletados, eles foram organizados e analisados por meio da análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (1977, p. 44), “[...] procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”. Dessa forma, o material coletado com a pesquisa de campo, após cuidadosa e criteriosa análise, foi categorizado e, em seguida, foi feito o cálculo dos percentuais das categorias obtidas apenas para facilitar a visualização do leitor, uma vez que o trabalho não tem intenções de representar estatisticamente nenhum universo de pesquisa.

A ótica medicalizante e patologizante no *campus* Itaperuna: como o fenômeno se apresenta

As informações coletadas por meio da pesquisa de campo permitiram uma melhor compreensão sobre o dia a dia da instituição pesquisada e sobre as questões que permeiam as relações entre professores e alunos. A entrevista realizada com a coordenação do Napne tratou do funcionamento do setor no *campus* pesquisado, além de desvelar a quantidade e a situação dos alunos atendidos. Assim sendo, algumas considerações se fazem pertinentes.

Constatou-se que o Napne do *campus* Itaperuna é coordenado há dois anos por uma servidora técnica-administrativa ocupante do cargo de assistente social. Também atuam no setor: uma psicóloga, um psicopedagogo, dois tradutores intérpretes de Libras, dois mediadores e uma servidora técnica em assuntos educacionais.

Os dados obtidos indicam que, em 2023, foram atendidos no Napne do *campus* Itaperuna quatorze alunos. Todos possuíam diagnóstico, com laudos emitidos por psiquiatra ou neurologista. Os diagnósticos foram apresentados espontaneamente pelo próprio aluno ou suas famílias. A relação do quantitativo de alunos atendidos, bem como do curso no qual estavam matriculados está demonstrada no Quadro 1.

QUADRO 1 - Quantitativo de alunos atendidos pelo Napne no ano de 2023 distribuídos por curso

CURSO	ALUNOS ATENDIDOS		DIAGNÓSTICO POR ALUNO
	TOTAL POR CURSO	QUANTIDADE POR DIAGNÓSTICO	
Técnico Integrado ao Ensino Médio em Química	2	1	Dislexia e TDAH
		1	Perda Auditiva Bilateral
Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática	3	1	TEA e TDAH
		1	TDAH
		1	TDDH e TDAH
Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração	2	1	TEA e TDAH
		1	Baixa audição
Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrotécnica	2	1	TEA
		1	TDAH
Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrotécnica Proeja	1	1	Surdez
Técnico em Mecânica	2	1	Tetraplegia
		1	TDAH
Bacharelado em Sistema de Informação	2	1	TEA
		1	TDAH

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Assim, observou-se que, no ano letivo de 2023, a maioria dos alunos atendidos possuía diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em suma, oito alunos tinham TDAH, o que representava 44,4% dos casos acompanhados, e quatro alunos tinham diagnóstico de TEA, representando 22,2% dos casos. É importante registrar que quatro alunos apresentavam comorbidade: dois tinham diagnóstico de autismo com TDAH; um, dislexia e TDAH; e o outro Transtorno de Desregulação do Humor (TDDH) e TDAH.

Os diagnósticos identificados no *campus* pesquisado corroboram a percepção de Moysés e Collares (2014), de que as disfunções neurológicas ou psiquiátricas correspondem à quase totalidade dos casos dos diagnósticos apresentados pelos alunos. De acordo com as autoras, a dislexia, o TDAH, o TEA, o TOD (transtorno de oposição desafiante) e, atualmente o TDDH, têm mantido presença frequente nos discursos medicalizantes nas instituições escolares. Moysés e Collares (2020) também afirmam que a sociedade atual vive a “Era dos Transtornos”, em que se observa o aumento descontrolado de todos esses diagnósticos já conhecidos do público em geral e de vários outros nomes criados pela Academia Americana de Psiquiatria (APA) que, via de regra, vêm associados a algum medicamento.

Com o intuito de lançar luz sobre a complexidade do cotidiano escolar, buscou-se dar voz aos docentes atuantes no instituto através da aplicação de questionário. O questionário continha perguntas fechadas e abertas para que se pudesse compreender as percepções dos docentes sobre a temática proposta. A leitura e a releitura de todo material obtido permitiram que os dados coletados fossem organizados em percentuais e em categorias criadas a partir da análise e reflexão das falas dos pesquisados.

Com relação à categorização dos 70 respondentes do questionário, os dados indicam que 91% dos pesquisados são professores efetivos e 9% professores substitutos. Quanto ao gênero dos respondentes, 74% se identificam com o gênero masculino e, 26%, com o gênero feminino. Mais da metade da amostra da pesquisa, 56%, se encontrava na faixa etária entre 31 e

40 anos; 21% entre 41 e 50 anos; 13% entre 51 e 60 anos; 6% entre 21 a 30 anos; e 4% possuíam mais de 60 anos. Foi possível constatar que, dos docentes atuantes no *campus* Itaperuna, 63% são formados em cursos de licenciatura; 59%, em cursos de bacharelado; e 13% são tecnólogos. Os dados indicam que 25 docentes possuem mais de uma graduação e, por esse motivo, o percentual soma mais de cem por cento. Quanto à escolaridade dos pesquisados, considerando a maior titulação, mais da metade (53%) possui mestrado, 31% possuem doutorado e 16% pós-graduação *lato sensu*.

Sobre a experiência profissional, as informações obtidas indicam que a maioria dos docentes do *campus* Itaperuna atua há mais de 10 anos na educação: 37% possuem mais de 15 anos de trabalho no magistério, 33% possuem entre 10 e 15 anos; 21%, entre 4 e 9 anos; e 9% até 3 anos. As respostas dos docentes também indicaram que o IFF foi a primeira experiência com o magistério, para 12% dos pesquisados, haja vista que oito respondentes disseram que nunca tinham atuado como professores anteriormente.

Dando continuidade ao estudo, os docentes foram levados a refletir sobre sua prática pedagógica e sobre os estudantes matriculados nos cursos do *campus* Itaperuna. Nesse intento, foram questionados sobre o quantitativo de alunos e alunas que apresentavam dificuldades para aprender na disciplina por eles lecionada. A resposta a essa indagação indica que 36% dos respondentes afirmaram que observaram mais de dez alunos com dificuldades, 26% entre 4 a 6 alunos, 15% entre 1 a 3 alunos, 9% observavam 10 alunos, 8% entre 7 a 9 alunos e 6% afirmaram não terem observado nenhum aluno com dificuldade.

Em seguida, foi perguntado aos professores sobre quantos dos alunos que apresentavam dificuldades para aprender na disciplina em que lecionavam tinham algum diagnóstico relacionado à aprendizagem. Diante do questionamento, 42% dos respondentes não tinham conhecimento de qualquer diagnóstico; enquanto que 58% tinham conhecimento de pelo menos um aluno com diagnóstico.

Os docentes citaram casos de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, dislexia, autismo, ansiedade, transtorno de personalidade borderline, esquizofrenia, disgrafia e surdez para especificar a dificuldade, transtorno ou patologia apresentada pelos alunos (embora as respostas incluam também casos de deficiência).

É importante registrar que, de acordo com a coordenadora do Napne, os diagnósticos apresentados pelos alunos, sempre que se faz necessário, são informados aos professores através de reuniões ou encaminhamento de processos com ofícios via Sistema Unificado de Administração Pública (Suap). Essa prática pode ser um dos motivos da familiaridade demonstrada pelos docentes com alguns termos próprios do campo da saúde.

Contudo, ressalta-se que, ao indagar os docentes sobre o tipo de dificuldades identificadas nos processos de ensino e de aprendizagem dos alunos, no IFF, algumas respostas demonstram falas marcadas pela visão medicalizante e patologizante do saber médico, como por exemplo: *“alunos que carregavam consigo uma defasagem muito grande, com déficit de atenção e outras situações envolvendo questões como dislexia e o autismo”* (Respondente 12), *“distorção idade cronológica e idade mental, dificuldade de concentração, indicando TDAH e/ou TDA, indícios de conflitos familiares que comprometem a aprendizagem, entre outros”* (Respondente 29), *“dislexia, disgrafia, ansiedade, ‘pensamento acelerado’, hiperatividade, déficit de atenção etc.”* (Respondente 64), *“cognitiva e/ou comportamental”* (Respondente 28).

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro evidencia que a “medicalização é, por princípio, a negação da inclusão. Isso porque o diagnóstico rotula, e, portanto, exclui da possibilidade de olharmos para as pessoas a partir de suas potencialidades. Fechamos em suas limitações!” (Conselho Regional de Psicologia, 2016, p. 18). Percebe-se que, ao se observarem as falas dos docentes citadas no parágrafo anterior, nota-se claramente a presença de respostas que versam sobre comportamentos ou características consideradas sintomas de transtornos. Em algumas respostas, são mencionados os nomes dos próprios transtornos descritos nos manuais de diagnósticos de saúde como o Manual

Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014) e o Código Internacional de Doenças – CID (Organização Mundial de Saúde, 2019), para exemplificar as dificuldades conferidas aos alunos e alunas. Em seus estudos, Amarante, Pitta e Oliveira (2018) destacam essa crescente invasão dos vocábulos próprios da área da saúde para dentro do campo educacional e que acabam por se tornar termos comuns entre os profissionais da educação, entre as famílias e entre os próprios estudantes. Os autores ressaltam que andar na contramão dessa proposta requer potencializar o fazer docente para propiciar a desmedicalização dos processos educativos.

Diante do cenário que se apresenta, onde cada vez mais as rotinas escolares têm sido permeadas por práticas atreladas ao discurso médico, é preciso estar atento ao que acontece no interior da escola visando à busca de alternativas. Nessa perspectiva, é importante entender a percepção dos docentes sobre essa situação. Ainda, tentar compreender em que medida esse processo medicalizante e patologizante que se insere no *campus* Itaperuna do IFFluminense tem impactado na condução dos processos de ensino.

No contexto estudado, os dados coletados indicaram que 94% dos docentes, ao ministrarem suas aulas, identificaram dificuldades nos processos de ensino e de aprendizagem dos alunos do *campus* Itaperuna do IFF. Diante dessa constatação, os docentes foram perguntados sobre os tipos de dificuldades identificadas. Destaca-se que esse questionamento foi feito por meio de uma questão aberta e que o somatório do percentual ultrapassa os 100%, devido a algumas respostas terem sido classificadas em mais de uma categoria, conforme o Quadro 2.

QUADRO 2 - Caso tenha marcado sim na questão 11, “ao ministrar suas aulas você já identificou dificuldades nos processos de ensino e de aprendizagem dos alunos no IFF?”, que tipo de dificuldades você identificou?

DIFICULDADES IDENTIFICADAS	%
Dificuldades de leitura, escrita e interpretação	40%
Defasagem de aprendizagem	26%
Dificuldades com relação ao raciocínio lógico- matemático	24%
Dificuldade de atenção e concentração	24%
Indisciplina/desmotivação/desinteresse	21%
Dificuldades relacionadas com as funções executivas	17%
Dificuldades relacionadas a transtornos de aprendizagem/problemas biológicos	16%
Dificuldades de compreensão de conceitos	14%
Dificuldades relacionadas ao docente ou a organização do curso	6%
Dificuldades de socialização	4%
Questões individuais dos alunos	4%
Dificuldades de retenção / memorização	3%
Dificuldades relacionadas à exposição em público	3%
Dificuldades relacionadas à família	1%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As informações obtidas indicam que a maioria das dificuldades sinalizadas pelos professores estão relacionadas à leitura, escrita e interpretação de textos; ao raciocínio lógico-matemático; a defasagens de aprendizagens advindas do ensino fundamental e médio; à atenção e a concentração e a fatores como indisciplina, desmotivação e desinteresse dos alunos pelo seu processo de ensino e de aprendizagem. Como se sabe, as explicações para essas dificuldades são multifatoriais, inclusive devem ganhar destaque os aspectos de origem social, econômica, cultural e escolar.

Contudo, 16% das respostas consideram que as dificuldades apresentadas estão relacionadas a transtornos de aprendizagens e aspectos biológicos dos alunos. Conforme elucida Patto (2015), explicações desse gênero são utilizadas para justificar o fracasso escolar, por meio de discurso que naturaliza esse fracasso e o compreende a partir da visão de que o insucesso dos alunos é ocasionado por uma inaptidão pessoal. Ainda segundo a autora,

essa situação impede a percepção sobre as intenções políticas que se encontram articuladas ao fracasso escolar.

Vale destacar que somente 6% das respostas avaliam que as dificuldades apresentadas pelos alunos são concernentes ao docente ou à organização do curso. Essa constatação corrobora a visão de Patto (2015), de que grande parte dos discursos sobre o fracasso escolar responsabiliza o aluno e seu núcleo familiar e se ancora na concepção de que as dificuldades de aprendizagens são originárias em alguma questão intrínseca ao estudante. Essa tendência de individualização também foi observada em estudo realizado por Bassani e Viégas (2020) sobre os motivos de encaminhamentos dos alunos da rede municipal de educação de Vitória-ES aos serviços de saúde.

Destaca-se que os processos de ensino e de aprendizagem são caracterizados por sua complexidade e dinamicidade. São processos que sofrem influências de fatores internos e externos ao aprendiz. A interferência desses fatores pode ocasionalmente potencializar ou produzir barreiras que acabam por dificultar todo o processo de escolarização. Sobre esse ponto, os docentes foram levados a relacionar as diversas variáveis que contribuem para a produção de dificuldades nos processos de ensino e de aprendizagem. Os três fatores mais citados foram: formação prévia inadequada ou insuficiente dos estudantes (56%), questões familiares (21%) e os transtornos de aprendizagem / saúde do estudante (20%).

É interessante observar que o item mais recorrente aponta para um sério problema: a defasagem de aprendizagem. Verifica-se que 56% das respostas versam sobre a formação prévia inadequada ou insuficiente dos estudantes como geradoras de dificuldades no processo de escolarização. Esse dado vai ao encontro de uma constatação já discutida por autores como Patto (2015, 2022) e Bassani e Viégas (2020): o sistema educacional do país, via de regra, tem proporcionado aos estudantes uma formação acadêmica de má qualidade. Infelizmente, muitos estudantes concluem os ensinos fundamental e médio apresentando defasagens de aprendizagens que interferem decisivamente no prosseguimento de seus estudos ou na sua inserção no mundo do trabalho. Essa

é uma importante questão que precisa ser problematizada. Se é um problema estrutural, por que procurar soluções individualizantes?

Destaca-se que uma das finalidades do ensino médio, determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 35º é “I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos” (Brasil, 1996). Contudo, como consolidar e aprofundar algo que não foi aprendido?

Seguindo esta lógica, Bassani e Viégas (2020) salientam que o Ensino Fundamental do Brasil tem alcançado péssimos índices segundo informações dos sistemas de avaliação da educação. Nessa perspectiva, considerando que é um problema nacional, as autoras avaliam se a intervenção na educação não deveria ser de ordem pedagógica e política. Patto (2022) ressalta que as práticas adotadas pelo sistema educacional do país têm colaborado para a exclusão de muitos estudantes que não conseguem se apropriar do conhecimento mesmo estando cotidianamente dentro da escola.

Voltando às respostas dos professores, também foi possível perceber que os transtornos de aprendizagens e a saúde do estudante são o terceiro fator mais indicado como responsável por contribuir para a produção de dificuldades nos processos de ensino e de aprendizagem. Tal constatação corrobora para demonstrar a presença do fenômeno da medicalização e da patologização da aprendizagem no *campus* pesquisado. Em suas análises, Collares e Moysés (1996) afirmam que, tanto os profissionais da educação, quanto os diversos setores da sociedade têm a percepção de que os problemas relacionados à saúde representam um obstáculo para a aprendizagem e, como consequência, são um dos principais fatores produtores do fracasso escolar.

Outro dado significativo constatado pelo estudo diz respeito ao fato de que a maioria dos pesquisados considera o laudo médico relevante para a condução dos processos de ensino e de aprendizagem. Salienta-se que 50% dos docentes pesquisados avaliam que o laudo é muito importante e 43%

afirmaram ser importante. Somente 7% dos pesquisados não consideram a relevância do laudo.

Essa relevância dada pelos professores aos diagnósticos para o desenvolvimento de sua prática pedagógica também é um indicativo da presença do fenômeno da medicalização dentro do contexto educacional. De acordo com Angelucci (2014), é evidente a crescente dependência da educação em relação aos saberes médicos, visto que os professores se têm apoiado na ciência médica para direcionar e reger os processos de ensino e de aprendizagem. A autora considera que a lógica medicalizante impregnada na educação propõe que a chave de acesso para a aprendizagem é viabilizada ao se conhecer as características, os motivos e as comorbidades dos sujeitos a partir de seu diagnóstico, o que acaba por desconsiderar os saberes pedagógicos e a forma como cada indivíduo interage com o conhecimento. Por esse viés:

Legitima-se ainda mais a lógica médica, pelo discurso da desnecessidade dos saberes educacionais, que devem ser substituídos por processos de triagem, intervenção breve e encaminhamento de estudantes portadores de patologias para serviços de Saúde (Angelucci, 2014, p. 124).

Em relação à finalidade do diagnóstico, para os docentes pesquisados, o laudo médico pode auxiliar o professor na condução dos processos de ensino e de aprendizagem de diversas maneiras: contribui na indicação ou suporte de adequações nas metodologias e estratégias de ensino (49%), proporciona o maior entendimento das dificuldades e necessidades específicas dos alunos (29%), auxilia o trabalho das equipes de apoio técnico-pedagógico e do Napne (13%), para fins de identificação e classificação do transtorno (9%), ampara a busca por informações/conhecimento/capacitação (7%) e ajuda na adequação do planejamento a necessidade do estudante

(4%). As respostas superam os 100% devido a algumas terem sido classificadas em mais de uma categoria.

Diante da percepção dos docentes sobre como o laudo pode auxiliar na condução dos processos de ensino e aprendizagem, é importante ficar atento ao fato de que o fator principal para a adequação das metodologias e estratégias de ensino deveria ser a experiência do professor, e não o diagnóstico. Nessa busca, Angelucci (2014) explicita que é preciso liberdade e compromisso ético e político para pensar sobre o fracasso escolar e sobre as necessidades educacionais a partir das ciências da educação, em oposição à crescente tendência da indústria de criação e emissão de diagnósticos relacionados à aprendizagem.

A pesquisa também mostrou que, assim como a coordenadora do Napne, os docentes consideram que a quantidade de diagnósticos relacionados à aprendizagem, nos últimos anos, vem aumentando: 86% responderam que observaram aumento no número de diagnósticos, enquanto 14% disseram que não conseguiam avaliar. Esse aumento de diagnóstico é tema recorrente de discussão de alguns autores, destacando-se Moysés e Collares (2014, 2020). As autoras referenciadas ressaltam que a patologização da vida e da aprendizagem tem avançado de maneira preocupante e alertam que constantemente “em uma espiral viciada, a cada volta, mais pessoas são capturadas por essa teia de diagnósticos de transtornos mentais [...]” (Moysés; Collares, 2014, p. 61). Nessa perspectiva, 84% dos respondentes classificam esse aumento como positivo, e 16%, como negativo.

Diante das respostas dadas para justificar a percepção positiva dos docentes com relação ao aumento de diagnósticos, algumas chamam atenção e demonstram como o saber médico está naturalizado dentro do contexto educacional. São falas que fazem com que se perceba a urgência de se discutir essa temática para que não se perca a noção do quão importante é valorizar os saberes pedagógicos e a experiência docente. Ao avaliar o aumento de diagnóstico, um professor afirmou que “[...] quanto mais diagnósticos tivermos em mãos mais ações efetivas poderão ser tomadas”

(Respondente 1), outro disse que “[...] *cada pessoa diagnosticada tem a oportunidade de receber o suporte adequado para o seu desenvolvimento e aprendizagem*” (Respondente 70).

Em contrapartida, para justificar a percepção negativa sobre o aumento de diagnósticos os docentes sinalizaram várias razões, dentre elas, vale destacar: “*significa que os nossos adolescentes estão adoecendo*” (Respondente 59), “*nem sempre os diagnósticos são bem elaborados por profissionais qualificados*” (Respondente 42) e “*a medicalização do processo educativo em muitos casos vem acompanhada de diagnósticos apressados e medicação abusiva no aluno*” (Respondente 55). Nota-se que as falas dos respondentes 42 e 55 indicam que os docentes têm uma visão crítica acerca dos diagnósticos. Em direção similar, Bassani e Viégas (2020) reiteram que profissionais da educação e da saúde preocupados com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem têm, no decorrer das últimas décadas, se mobilizado para enfrentar o avanço da medicalização. Consoante a esse posicionamento, vale ainda salientar a percepção do respondente 25:

[...] confesso que, às vezes, me questiono sobre a quantidade de laudos, pois muitos transtornos só podem ser devidamente diagnosticados mediante acompanhamento de uma equipe multidisciplinar e através da realização de muitos testes e exames. Eu não sei realmente se todos os casos de alunos que chegam com laudo às escolas passaram por todo esse processo. Sendo bem sincera, às vezes penso que tanto as famílias quanto as escolas querem ter algum diagnóstico para se isentar da responsabilidade dos desafios que envolvem a educação de crianças e adolescentes.

Em seus estudos, Moysés e Collares (2020) denunciam que alguns profissionais possuem uma formação acrítica e que, no exercício da profissão, emitem diagnósticos sem uma avaliação adequada.

Diagnósticos esses que não consideram a história do indivíduo e se ancoram em instrumentos de avaliação padronizados com frágil embasamento científico. As autoras consideram ainda que esses profissionais não se importam com as consequências que o diagnóstico ocasiona na vida do indivíduo e, assim, “os rótulos se urdem já nas primeiras impressões, no olhar preconceituoso; rótulos que classificam e embasam diagnósticos que os confirmam” (Moysés; Collares, 2020, p. 35).

Evidencia-se que, para que práticas de resistência à lógica medicalizante e patologizante dentro do âmbito educacional sejam fortalecidas, é necessário proporcionar aos profissionais da educação constante formação para ensinar os alunos tendo em vista a diversidade existente nos modos de ser e aprender. No contexto de investigação aqui apresentado, essa necessidade se evidencia nas falas dos docentes; ao perguntar aos professores se eles se sentiam preparados para ensinar os alunos considerando sua diversidade, as respostas indicaram que apenas 3% afirmaram estar preparados, 75% afirmaram estar preparados parcialmente, e 22% não se consideravam nem um pouco preparados para essa função.

Os argumentos apresentados pelos docentes para não se considerarem preparados ou se considerarem preparados parcialmente para ensinar os alunos, tendo em vista sua diversidade nos modos de aprender, são apresentados no Quadro 3. As justificativas apresentadas pelos respondentes foram organizadas em categorias e classificadas para fins de análise com o percentual de 100%.

QUADRO 3 - Motivos que levam os docentes a não se considerarem preparados ou se considerarem parcialmente preparados para ensinar os alunos considerando sua diversidade nos modos de aprender

NÃO SE CONSIDERAM PREPARADOS	%	CONSIDERAM -SE PARCIALMENTE PREPARADOS	%
Falta de conhecimento, formação e capacitação	44%	Falta de conhecimento, formação e capacitação	50%
Grande diversidade dos alunos	25%	Grande diversidade dos alunos	25%
Complexidade do processo de ensino e aprendizagem	6%	Falta de experiência	11%
Falta de ações concretas do instituto	6%	Existência de diferentes patologias	6%
Dificuldade de aproximação com os alunos	6%	Questões relacionadas à carga horária docente	6%
Respondeu que não, mas não justificou	13%	Excesso de regras e exigências institucionais no processo de avaliação	2%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nota-se que a falta de conhecimento, de formação e de capacitação fizeram com que 44% dos respondentes afirmassem que não estavam preparados, e 50% considerassem que estavam preparados parcialmente. De igual forma, 25% dos respondentes afirmaram que não estavam preparados para ensinar ou estavam preparados parcialmente devido à grande diversidade de aprendizes. A falta de experiência também foi apontada como causa do despreparo dos docentes, resultando em 11% das respostas dos que se consideram parcialmente preparados.

Ao refletir sobre esse assunto, Insfran, Muniz e Araujo (2019) ressaltam que a institucionalização do saber médico, dentro do contexto educacional, faz com que os profissionais de educação desacreditem do potencial dos conhecimentos que possuem para lidar com as questões cotidianas vivenciadas na sala de aula, provocando sentimentos como angústia e desamparo. Muitos professores não se sentem preparados para lidar com os problemas de escolarização, que são muitas vezes entendidos a partir das questões individuais dos alunos ou como demanda do

atendimento educacional especializado. Diante do exposto, Insfran, Muniz e Araujo (2019) atentam para o fato de que, dentre outros motivos, tanto a deslegitimação do saber pedagógico como o desamparo sentido pelos docentes têm sido motivos de adoecimento dos professores.

Ademais, ressalta-se que 87% dos pesquisados afirmaram que, durante a graduação, não estudaram sobre dificuldades, transtornos e patologias relacionadas à aprendizagem. Logo, apenas 13% afirmaram terem estudado sobre essa temática em seus cursos de formação. Essa pode ser uma das razões do sentimento de despreparo sentido por muitos professores para ensinar à diversidade de alunos presentes nos bancos escolares.

Além disso, os docentes foram perguntados se já haviam feito algum curso de capacitação ou tido contato com algum material de apoio pedagógico cuja temática envolvia as dificuldades e/ou transtornos que afetam a aprendizagem. Observou-se que 33% dos pesquisados afirmaram nunca terem tido contato com essa temática, e 21% afirmaram terem tido contato apenas uma vez. Não obstante, 46% dos respondentes afirmaram que já haviam tido contato mais de uma vez com esse assunto. Vê-se assim que, apesar das dificuldades de aprendizagem impactarem decisivamente sobre os processos de ensino e de aprendizagem, ainda existem muitos docentes com pouca ou nenhuma capacitação sobre o assunto no contexto estudado. Insfran, Muniz e Araujo (2019, p. 103), ao ponderarem sobre os hiatos existentes na formação dos educadores do país, explicitam que, mesmo com as diferentes reformas e contrarreformas feitas na Educação Nacional durante tantos anos,

“[...] ainda assim, não conseguimos romper com a cruel máxima de um discurso médico científico ser superior àquele de um professor, que vive, diariamente, as agruras desafiadas da realidade educacional que vigora”.

Reiterando o debate, os docentes tiveram a oportunidade de responder a uma questão que perguntava especificamente se já tinham ouvido falar sobre o fenômeno da medicalização e da patologização da aprendizagem. Ressalta-se que mais da metade dos respondentes (51%) afirmaram que nunca tinham ouvido falar sobre essa temática, 46% tinham pouca informação a respeito, e apenas 3% afirmaram ter domínio sobre o assunto. Essa constatação reforça a percepção de Insfran, Muniz e Araujo (2019) de que, apesar de o termo medicalização ter surgido na década de 1970, sua utilização ainda é pouco conhecida da maioria das pessoas. Sendo assim, esse dado sinaliza a necessidade de abordar essa temática dentro do contexto das instituições de ensino.

A partir da situação apresentada, foi perguntado sobre a percepção dos docentes com relação à importância de se discutir a temática da medicalização e da patologização da aprendizagem. As respostas indicaram que 74% afirmaram que consideram importante discutir sobre esse assunto, e 26% afirmaram não saber responder. Diante desse cenário, a última questão proposta no questionário da pesquisa se referia ao interesse dos respondentes em receber material sobre inclusão, medicalização e patologização da aprendizagem: 99% afirmaram ter interesse.

Para atender essa demanda e entregar uma devolutiva da pesquisa ao *campus*, os pesquisadores elaboraram um produto educacional, no formato de cartilha, intitulado “Dificuldades e transtornos que afetam a aprendizagem na escola: um guia despatologizante para o professor”³. O produto possui acesso livre e está disponível para consulta e divulgação, tanto para profissionais do IFFluminense como para o público externo.

³ POTENTE, Ronia Carla de Oliveira Lima; FELIPPE, Jonis Manhães Sales. *Dificuldades e transtornos que afetam a aprendizagem na escola: um guia despatologizante para o professor*. 2024. Disponível em: https://portal1.iff.edu.br/o-iffuminense/pesquisa/pos-graduacao-stricto-sensu/mestrado-profissional-em-educacao-profissional-e-tecnologica/produtos-educacionais/produto-educacional-ronia-potente_compressed.pdf/view.

Conclusão

O estudo de campo, realizado no *campus* Itaperuna do IFFluminense, demonstrou que a medicalização e a patologização da aprendizagem têm marcado presença também no cenário de instituições ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, como é o caso do *campus* pesquisado. Discursos pautados por essa ótica têm sido utilizados para justificar o insucesso escolar de estudantes que, mesmo inseridos na escola, não têm conseguido se apropriar do conhecimento. Observou-se que a lógica medicalizante e patologizante, cada vez mais se entrelaça nas práticas adotadas cotidianamente no contexto escolar.

Um contraponto a individualização do fracasso escolar indubitavelmente passa pela formação dos profissionais da educação. No entanto, uma formação sólida, capaz de romper com as ideias dominantes que controlam o sistema educacional e minam a autonomia da escola pública só será possível através de reflexão crítica e do fomento a uma criteriosa formação ética, política e intelectual, como já salientou Patto (2015). No entanto, enquanto essa formação não é possibilitada, é preciso denunciar e lutar contra a adoção de práticas medicalizantes presentes no chão de todos os níveis das instituições educativas (Carvalho; Viégas, 2020).

As conclusões obtidas ratificam a necessidade de se refletir sobre os diversos fatores que impactam nos processos de ensino e de aprendizagem: fatores políticos, culturais, econômicos, sociais, educacionais e individuais. Também demonstram que é imprescindível constituir um sistema de ensino que considere as diferentes formas de ser, conviver e aprender.

Evidencia-se que uma sociedade que luta pelo respeito à diversidade precisa garantir que esse respeito também se faça presente no sistema educacional. Nesse sentido, é preciso construir um novo paradigma que reforce a compreensão de que cada indivíduo possui habilidades e características próprias em seu processo de escolarização. Reconhecer e saber trabalhar com as diferenças sociais e individuais é um caminho necessário para uma educação escolar cada vez mais inclusiva.

Referências

AMARANTE, P.; PITTA, A. M. F.; OLIVEIRA, W. F. *Patologização e medicalização da vida: epistemologia e política*. 1. ed. São Paulo: Zagodoni, 2018. p. 173.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANGELUCCI, C. B. Medicalização das diferenças funcionais–continuísmos nas justificativas de uma educação especial subordinada aos diagnósticos. *Nuances: estudos sobre Educação*, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 116-134, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2745>.

BARBOSA, M. de B.; LEITE, C. D. P. Infância e patologização: contornos sobre a questão da não aprendizagem. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, p. e220707, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020220707>.

BARDIN, L.. *Análise de conteúdo*. Lisboa: 70, 1977.

BASSANI, E.; VIÉGAS, L. de S. A medicalização do “fracasso escolar” em escolas públicas municipais de ensino fundamental de Vitória-ES. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, [s. l.], v. 9, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/re.v9i1.28793>.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394compilado.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A.. *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo, SP: Cortez, 1996.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 5ª Região. *Conversações em Psicologia e Educação*. Rio de Janeiro, RJ: CRP, 2016.

CARVALHAL, T. L.; VIÉGAS, L. de S. A medicalização da/na educação em uma perspectiva interseccional: desafios à formação docente. *Movimento - Revista de Educação*, Niterói, ano 7, n. 15, p. 23-49, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i15.42660>.

INSFRAN, F. F. N.; MUNIZ, A. G. C. R.; DE ARAUJO, G. G. Problemas de escolarização, medicalização e docência: outros olhares. *Práxis Educacional*, v. 15, n. 36, p. 84-107, jan./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i36.5861>.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. *Resolução n. 33, de 15 de outubro de 2018*. Programa de Acessibilidade Educacional do Instituto Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: IFFluminense, [2018]. Disponível em: <https://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2018/resolucao-24>. Acesso em: 2 out. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Mais de um século de patologização da educação. *Fórum: diálogos em psicologia*, v. 1, n. 1, p. 50-64, 2014.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Novos modos de vigiar, novos modos de punir: A patologização da vida. *Educação, Sociedade & Culturas*, [s. l.], n. 57, p. 31-44, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34626/esc.vi57.11>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *ICD-11 Reference Guide*. Genebra: OMS, 2019. Disponível em inglês em: <https://icdcdn.who.int/icd11referenceguide/en/html/index.html>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

PATTO, M. H. S. *A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2022.

SCARIN, A. C. C. F.; SOUZA, M. P. R. Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s. l.], v. 24, jan./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020214158>.

Recebido em outubro de 2024.

Aprovado em dezembro de 2024.